



Sumário

Estado de Minas - 13/11/2017

Um debate necessário.



Um debate necessário

CHRISTINA FABEL

Diretora de ensino do Colégio ICI

O tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano surpreendeu grande parte do público. Os candidatos tiveram que discorrer sobre os desafios e a formação educacional de surdos no Brasil, problemas conhecidos de perto por quase 10 milhões de pessoas. Apesar de não ter sido uma das grandes apostas de especialistas e um assunto muito específico, a escolha deve ser comemorada. Trata-se de uma oportunidade para debater uma situação importante, que, infelizmente, não é acolhedora. De modo geral, as escolas brasileiras não estão preparadas para receber alunos surdos, pois faltam profissionais intérpretes, as políticas inclusivas ainda são encaradas com resistência, são poucas as salas com recursos multifuncionais, sem contar o preconceito diário, tão arraigado à cultura.

O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece, entre suas metas, a universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado para a população com deficiência, com idade entre 4 e 17 anos, preferencialmente na rede regular de ensino. A educação inclusiva também consta nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU). Constitucionalmente, a formação escolar não discriminatória, equitativa e de qualidade é um direito de todos. Na prática, porém, as coisas estão distantes do ideal. Ser o tema do Enem é uma forma de expandir a discussão para todos os atores sociais.

As escolas brasileiras não estão preparadas para receber alunos surdos

Em 2017, a Lei 10436, que reconhece

a língua brasileira de sinais (Libras) como segunda língua brasileira, completou 15 anos. Quantos, nem sequer, sabem de sua existência? Atentar-se à realidade de minorias é fundamental para aqueles que pretendem ingressar no ensino superior. Embora complexo, o tema não foi pautado aleatoriamente, uma vez que este ano termina com grandes conquistas para a comunidade surda. Pela primeira vez, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ofereceu a prova em vídeo-libras aos participantes com deficiência auditiva e surdos. A ferramenta já é utilizada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Neste ano, também, a primeira escola brasileira para surdos completou nada menos que 160 anos.

No ano passado, o tema foi Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil. Violência contra a mulher, publicidade infantil, lei seca e movimento migratório também foram abordados nas últimas edições. Enquanto educadores, mantemo-nos esperançosos, reconhecendo que esse é um marco que acolhe as dores e os desafios das pessoas surdas e com déficits auditivos. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) considera outros três tipos de deficiência: visual, física e intelectual. Ao total, 6,2% da população brasileira apresenta algum transtorno ligado a essas categorias.

Melhor seria se a proposta de redação contemplasse as quatro deficiências. Assim, mais intervenções surgiriam e a representatividade seria plena. Seria um modo de refletir, por exemplo, sobre os muros bocalados pelos quais passam os estudantes com mobilidade reduzida ao enfrentar escolas sem acessibilidade. Ressalvas à parte, espera-se que novas estratégias de aprendizagem venham à tona, de modo a incluir e respeitar aqueles que são diferentes e iguais ao mesmo tempo.